

Termo de Referência 63/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
63/2025	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	LUCAS DO NASCIMENTO LEDES DEMATTE	21/07/2025 11:36 (v 10.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	49/2025	50000.027958 /2024-00

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.Contratação de serviços de remoção, fornecimento e instalação de forros, para atender às necessidades dos Edifícios Sede e Anexos do Bloco "R", bem como do SGON I e II, todos localizado em Brasília – DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE	QUANTIDADE MINIMA A SER EXECUTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca, que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm.	18180	m²	6.800	680	R\$ 162,26	R\$ 1.103.368,00
2	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de PVC em 1 face e na outra película aluminizada, na cor preta, que apresenta maior resistência e durabilidade	18180	m²	1.000	100	R\$ 165,12	R\$ 165.120,00

frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm						
VALOR TOTAL						R\$ 1.268.488,00

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO PARTICIPANTE: IFB CEILÂNDIA	GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANT	QUANT. MÍN A SER EXEC	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca, que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm.	18180	m²	1.100	110	R\$ 162,26	R\$ 178.486,00
VALOR TOTAL							R\$ 178.486,00

GRUPO ÚNICO						

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	ÓRGÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca, que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm.	18180	m²	MT	6.800		R\$ 1.103.368,00
				IFB	1.100	R\$ 162,26	R\$ 178.486,00
				Quantidade Total Órgão Gerenciador + Partícipes item 1		7.900	
				Valor Total Órgão Gerenciador + Partícipes item 1			R\$ 1.281854,00
2	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de PVC em 1 face e na outra película aluminizada, na cor preta, que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625	18180	m²	MT	1.000	R\$ 165,12	R\$ 165.120,00

mm x 625 mm. Espessura:8 mm a 9,5 mm							
VALOR TOTAL (GRUPO 1)							R\$ 1.446.974,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar digital nº 2/2025.

1.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme artigo 84 da Lei 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência do contrato decorrente da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos Estudos Técnicos Preliminares.

1.6. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Registra-se que este Termo de Referência não exige a classificação ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Fundamentação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2024;

III) Id do item no PCA: 54;

IV) Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO (À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO) ;

V) Identificador da Futura Contratação: 390004-49/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU 7ª edição, outubro/2024, item 24 Obras e Serviços de Engenharia, páginas 155 a 158, que classifica os resíduos oriundos dos serviços a serem executados, [chromeextension://efaidnbmninnbpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf](https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf).

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como:

*“são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, **forros**, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I) (grifo nosso)*

4.1.2. O guia trás a legislação aplicada, as principais determinações, as providências a serem tomadas e as precauções a serem adotadas para a execução dos serviços. Cumpre-se destacar, as providências a serem tomadas pela empresa:

NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.”

4.1.3. Além das observações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos na Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.4. Em atenção ao Art. 6º, da referida Instrução Normativa, os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.1.4.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.4.2. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.4.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.4.4. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para educação de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.4.5. Orientar seus empregados quanto à separação consciente do lixo, para reciclagem;

4.1.4.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.5. Além das ações descritas, a CONTRATADA deverá observar e aplicar todos os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na legislação vigente, garantindo o cumprimento integral das obrigações contratuais e o alinhamento às normas e diretrizes de responsabilidade socioambiental.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudos Técnico Preliminar:

4.2.1. Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca liso:

4.2.1.1. Modelo e Marca: Malta – Singular Tetto, Gypclean – OWA, ou Gyprex clean – Sonex.

4.2.2. Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor preta liso.

4.2.2.1. Modelo e Marca: Gypsystem – Divisystem, E-CLEAN – Espaço Forro, ou Forro em gesso com película - Buy Fine.

Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.4.1. Itens 1 e 2.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço: Edifício Anexo Oeste, térreo sala 06 do Bloco "R" na Esplanada dos Ministérios, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. A equipe técnica terá 10 (dez) dias úteis para avaliar as amostras, e verificar se seguiram os aspectos e padrões mínimos solicitados.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Item 1: qualidade do material, tamanho conforme solicitado; e

4.9.2. Item 2: qualidade do material, tamanho conforme solicitado.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.17. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativo para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.18. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.19. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, na Coordenação de Infraestrutura/COGRL/SPOA/SE/MT, pelo telefone (61) 2029-7306/8424/8428 ou e-mail: coinf.cogrl@transportes.gov.br;

4.21. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.22. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o CONTRATADO assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Para execução de cada serviço será emitida pela fiscalização a respectiva Ordem de Serviços, conforme modelo do apêndice deste Termo de Referência, que será encaminhada à CONTRATADA por e-mail.

5.1.2. Os serviços solicitados deverão ser executados pela CONTRATADA no prazo designado na Ordem de Serviços;

5.1.3. Na etapa de execução a CONTRATADA deve seguir ao máximo o acondicionamento do material em uma área segura, a utilização de EPI se torna obrigatória, a retirada de resíduos e entulhos devem ser acondicionadas em um local que não atrapalhe as demais rotinas da unidade e sempre que possível o seu recolhimento. A instalação do novo produto deve ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato

5.1.4. Os funcionários da empresa a ser contratada deverão apresentar-se uniformizados e identificados;

5.1.5. Fornecer todas as ferramentas necessárias e adequadas para a correta execução dos serviços, bem como cumprir todos os procedimentos da NR-18 que sejam inerentes ao serviço contratado;

5.1.6. A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de realização de serviços e prazos antes do início dos serviços para apreciação do Fiscal de Contrato;

5.1.7. A CONTRATADA deverá, previamente à retirada do forro, providenciar a devida proteção do piso, de forma a evitar qualquer tipo de dano. Caso ocorra avaria, caberá à CONTRATADA a reparação ou substituição do piso danificado, sem ônus para a Administração;

5.1.8. Todos os serviços serão avaliados pela fiscalização, devendo, a empresa a ser contratada, executá-los de acordo com as recomendações deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços abaixo:

5.2.1. Edifício Sede, Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - Zona Cívico CEP: 70.044-902.

5.2.2. Edifício Anexo do Bloco "R", Anexo blocos A e B - Via N2 - CEP: 70.297-400.

5.2.3. Setor de Garagens Oficiais Norte, quadra 1 (SGON I) e Setor de Garagens Oficiais Norte, quadra 2 (SGON II).

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. De 2ª a 6ª feira, de 08:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 18:00 horas. Eventualmente, poderão ser realizados aos sábados e domingos, bem como em períodos noturnos fora do horário de expediente, em virtude da necessidade do uso do espaço físico. Os dias para execução serão programados previamente e formalmente entre o responsável pela Unidade em que o serviço será executado, a fiscalização e a CONTRATADA, por meio da Ordem de Serviços

Rotinas a serem cumpridas

5.3.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.2.1. As solicitações serão feitas de acordo com as necessidades dos Órgãos, subsidiadas pelas especificações necessárias à execução dos serviços requeridos, tais como detalhamentos do local para aplicação e instalação, projetos contendo os layouts correspondentes aos espaços a modificar.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. A empresa contratada deverá fornecer e possuir todos os equipamentos apropriados tanto para segurança individual quanto coletiva (EPI's e EPC's). Além disso, deverá apresentar as especificações dos materiais adquiridos à equipe de fiscalização, conforme cada item executado. É imprescindível que sejam observadas as Normas de Segurança aplicáveis aos profissionais, garantindo assim a segurança dos bens materiais, usuários e transeuntes;

5.4.2. Todos os equipamentos utilizados devem estar dentro do prazo de validade estabelecido;

5.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que for solicitado pela CONTRATANTE, o Certificado de Aprovação de qualquer equipamento de proteção utilizados pelos funcionários designados para a execução dos serviços.

5.4.4. Todos os equipamentos, materiais e produtos deverão ser adequados às atividades desenvolvidas e de primeira qualidade;

5.4.5. A empresa deverá informar à fiscalização quanto as especificações e quais equipamentos e produtos serão utilizados na realização do serviço para cada área especificada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A execução dos serviços será acompanhada pelo fiscal do Contrato, registrando todas as ocorrências, condições de execução, equipe da CONTRATADA, dentre outros:

5.5.2. Para o recebimento de cada serviço, o fiscal irá utilizar o IMR (Instrumento de Medição de Resultados), conforme Apêndice deste Termo de Referência, para a avaliação do desempenho e qualidade dos serviços prestados;

5.5.3. Os serviços deverão ser executados conforme normas da ABNT pertinentes e Leis vigentes, bem como as regras de cada fabricante dos materiais, além das orientações da fiscalização;

5.5.4. A CONTRATADA deverá manter todas as condições nas quais o Contrato foi assinado durante todo o seu período de execução, estando em dia com todas as suas obrigações, conforme disposto nesse Termo de Referência, sendo esse um dos critérios para a liberação do pagamento da fatura;

5.5.5. Caso necessário a CONTRATADA quando solicitado deverá apresentar projeto com detalhamento, proporcionando melhor percepção na execução dos serviços.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que

trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.18.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.18.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme previsto no Anexo deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.4.2. Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual; e

7.4.3. Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de conclusão de cada etapa.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/02/2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as

obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, inclusive para aplicação de reajuste na Ata de Registro de Preço.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.42. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.43. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

8.2.4.7.1. Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, Apêndice do TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.19. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.20. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.21. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação**.

9.22. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.26. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.26.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.27.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por Órgão da Administração Pública ou empresas públicas ou privadas, comprovando que a empresa tenha prestado serviço de fornecimento e instalação de forros, com no mínimo 2.0402m², correspondendo a 30% do quantitativo do total referente ao item 1, conforme citados no subitem 1.1 desse Termo de Referência.

9.27.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.27.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.28. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.446.974,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil novecentos e setenta e quatro reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Brasília/DF, de de .

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Não se aplica

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. Não se aplica

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja

substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

3.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

3.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

3.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

3.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

3.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

3.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

3.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

3.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.4. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.5. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

4.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.13. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

- 4.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 4.1.19. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.20. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.21. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.22. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.23. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.24. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.25. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.26. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.27. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.28. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.29. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.1.30. *Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:*
- 4.1.31. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 4.1.32. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da

construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.32.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.32.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.32.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.32.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.33. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com

registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A26]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 21/07/2025 às 11:36:46.

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 21/07/2025 às 11:35:54.

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.027958/2024-00

2. Objeto

2.1. Trata-se da contratação de serviços de remoção, fornecimento e instalação de **forros**, para atender às necessidades dos Edifícios Sede e Anexos do Bloco "R", bem como do SGON I e II, todos localizados em Brasília – DF.

3. Descrição da necessidade

3.1. As edificações são compostas por vãos livres, o que facilita as adaptações dos espaços físicos. Durante os remanejamentos de divisórias, mobiliários, luminárias e grelhas de ar-condicionado, frequentemente há a necessidade de substituição de placas de forro modular, devido ao desgaste natural e as intervenções realizadas.

3.2. Não obstante, as edificações foram construídas há mais de 40 anos, e enfrentam desafios decorrentes de sua idade avançada, o que exige manutenções frequentes. Nesse contexto, a atualização do forro modular é essencial para assegurar a funcionalidade, segurança e preservação das estruturas, bem como para prolongar sua vida útil, facilitando o acesso para manutenção.

3.3. Vale ressaltar que este Ministério tem passado por um processo de revitalização de seus espaços físicos. A contratação de fornecimento e instalação de forro modular exige mão de obra especializada para o processo de desmontagem e montagem, a fim de evitar danos.

3.4. Dessa forma, a aquisição e execução dos serviços e materiais visam suprir as necessidades identificadas. O fornecimento do forro é uma medida que visa garantir a segurança, contribuindo para melhora do desempenho térmico e acústico dos ambientes e o pleno funcionamento das edificações.

3.5. A ausência de medidas voltadas à prevenção ou mitigação de situações danosas pode resultar em acidentes, transtornos e prejuízos ao desempenho das atividades realizadas pelas unidades abrangidas.

3.6. A Administração atuará de forma racional e responsável, contratando os serviços com foco na melhor utilização dos recursos disponíveis, que têm se mostrado escassos nos últimos exercícios. O objetivo final é alcançar eficácia e eficiência nas ações, assegurando o cumprimento das metas institucionais.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Titularidade do Imóvel

4.1. Cumpre-se informar, que os imóveis onde serão realizados os serviços estão devidamente registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, conforme segue:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", RIP nº 9701.21448.500-7;
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2, RIP nº 9701.21382.500-9;
- c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210, RIP nº 9701.21381.500-3;
- d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, RIP nº 9701.21377.500-1;
- e) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 170, RIP nº 9701.33067.500-3;
- f) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 180, RIP nº 9701.33069.500-4.

Sustentabilidade

4.2. Para a elaboração e execução das ações previstas neste contrato, foi consultado o **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU 7ª edição, outubro/2024**, item 24 Obras e Serviços de Engenharia, páginas 155 a 158, que classifica os resíduos oriundos dos serviços a serem executados, [chromeextension://efaidnbmnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf](https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf).

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como:

*“são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, **forros**, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, calça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I) (grifo nosso)*

4.3. O guia trás a legislação aplicada, as principais determinações, as providências a serem tomadas e as precauções a serem adotadas para a execução dos serviços. Cumpre-se destacar, as providências a serem tomadas pela empresa:

NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.”

4.4. Além das observações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos na Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.5. Em atenção ao Art. 6º, da referida Instrução Normativa, os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.5.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.5.2. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.5.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.5.4. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, parar educação de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.5.5. Orientar seus empregados quanto à separação consciente do lixo, para reciclagem;

4.5.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.6. Além das ações descritas, a CONTRATADA deverá observar e aplicar todos os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na legislação vigente, garantindo o cumprimento integral das obrigações contratuais e o alinhamento às normas e diretrizes de responsabilidade socioambiental.

Modalidade de Licitação

4.7. De acordo com o Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, os serviços a serem contratados se enquadram como serviços comuns, devido à sua natureza repetitiva, especificações claras e procedimentos padronizados, com execução que não exige complexidade técnica elevada, permitindo que seja contratado com facilidade e com uma base de preço previsível.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

4.8. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, pois devido a natureza do objeto não será possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, nesse sentido, a presente contratação se enquadra nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V, do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.9. Ainda, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, em razão da falta de capacidade logística e de recursos humanos para o posterior gerenciamento no órgão:

Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

4.10. Por fim, por se tratar de serviço comum, de baixa complexidade, será aplicada a modalidade pregão, conforme Art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Regime de Execução

4.11. Os serviços serão realizados por demanda, e podem ser mensurados por unidade de medida (m²), cujo valor total é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

4.12. O regime de execução será empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos CONTRATANTES em relação a diferenças de quantitativos são menores. A execução das “unidades” se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos.

Critério de Julgamento e Adjudicação

4.13. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por grupo, estabelecendo condições necessárias para manter o padrão do objeto, a qualidade e as características pretendidas.

4.14. A Adjudicação será por grupo único, e apenas um fornecedor de forma independente tem as condições necessárias para manter o padrão do objeto, a qualidade e as características pretendidas.

Subcontratação

4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.15.1. Visto que o objeto contratado não envolve grande complexidade técnica ou execução de serviços especializados que demandem a divisão do escopo entre diferentes prestadores. Desta forma, optou-se por não admitir a subcontratação do objeto.

Prazo Contratual

4.16. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Garantia Contratual

4.17. Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos do Art.96 da Lei nº 14.133/21, pela razão abaixo justificada:

4.17.1. A contratação se dará pelo Sistema de Registro de Preços e entregas sob demanda, não havendo complexidade e vultuosidade na execução do objeto, assim, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

Da Transição Contratual

4.18. Não haverá transição Contratual pois não se aplica na pretensa contratação.

Vistoria

4.19. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativo para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 17h, devendo ser agendada previamente pelo e-mail: coinf.cogrl@transportes.gov.br.

4.20. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, dentro de período supracitado.

4.21. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.21.1. A vistoria é recomendada para que as empresas tomem pleno conhecimento das dificuldades inerentes aos serviços e das características das instalações oferecidas, utilizando-se da ocasião para sanar possíveis dúvidas que afetarão a formulação das propostas de preços, não podendo alegar desconhecimento durante a execução do contrato.

4.21.2. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.22. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Participação de Consórcio

4.23. Conforme entendimento dos Acórdãos de nº. 1.636/2006-P e 566/2006-P" – TCU, Acórdão nº. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1), a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração CONTRATANTE, conforme art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo.

4.24. No que se refere à presente contratação de serviços de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular com película de PVC e película aluminizada, com fornecimento de mão de obra qualificada, entende-se que, assim como em contratações vigentes e anteriores, não se trata de um objeto de alta complexidade ou de relevante vulto. Trata-se, portanto, de serviços comumente prestados por empresas especializadas, que possuem a expertise e a capacidade técnica necessárias. Dessa forma, o edital não deve prever a participação de empresas reunidas em consórcio.

Participação de Cooperativas

4.25. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

Decretos Presidenciais Margem de Preferência

4.26. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024 e Resolução SEGES-CICS/MGI nº 7, de 23 de dezembro de 2024 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/resolucao-cics-mgi-no-7-de-23-de-dezembro-de-2024>). Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

Consulta aos Cadernos de Logística

4.27. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>).

4.27.1. Foi realizada consulta as orientações contidas no caderno Pesquisa de Preços.

Indicação de marca ou modelo

4.28. Na contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas e orientação dos art. 41, e incisos da lei 14.133/2021.

4.29. Por se tratar de indicação por parte da CONTRATANTE, é lícito que os proponentes possam apresentar marcas e modelos similares a pretensa contratação, contudo respeitando o art. 42, e incisos da lei 14.133/2021 que dispõe:

"I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

"II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto."

4.30. A indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), se encontraram pormenorizadas no Caderno de Especificação Técnica, Anexo deste Estudo.

4.30.1. A indicação dessas marcas de referência para a contratação de remoção, fornecimento e instalação de forros foi realizada para garantir qualidade e eficiência na execução dos serviços. A escolha baseou-se na experiência da área demandante, considerando desempenho comprovado e compatibilidade técnica com as necessidades do órgão.

4.30.2. Além disso, a indicação não restringe a competitividade, pois admite-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, conforme prevê o art. 42, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a justificativa assegura vantajosidade, qualidade e economicidade na contratação, garantindo a adequada execução do objeto.

4.31. A indicação da marca e modelo visa dar continuidade ao padrão de forro que está sendo utilizado nas dependências deste Ministério, o que facilita a manutenção e harmonia dos espaços.

Padrões mínimos de qualidade

4.32. Os requisitos mínimos de qualidade estão descritos nas normas, projetos de normas, especificações e métodos de ensaios padronizados, aprovados e/ou recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. O prazo de garantia dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do atestado de recebimento definitivo emitido pela fiscalização.

4.33. A CONTRATADA deverá se atentar as especificações do material e as recomendações técnicas de instalação do fabricante.

4.34. No que tange a capacidade técnica, a CONTRARADA deverá ter conhecimento e experiência na execução dos serviços do objeto em tela, capacidade financeira para realizar o trabalho proposto, cumprir os prazos de entrega, estar em conformidade com as normas ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho.

Governo Digital

4.35. A equipe de planejamento está alinhada em atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes a segurança e privacidade na administração de dados, como também a divulgação descentralizada das contratações públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) garantido a transparências nos editais, Atas de registro de preço e contratos, buscando tornar as aquisições públicas mais eficientes e acessíveis.

Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras

4.36. O objeto licitatório não possui Catálogo Eletrônico de padronização de compras, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). Cumpre informar que os itens padronizados que constam no Catálogo são para água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Qualificação Técnica

4.37. Justifica-se as exigências técnicas em razão da complexidade do objeto da pretensa contratação, que envolve o fornecimento e a instalação de forros, demandando o uso de materiais específicos, técnicas adequadas e mão de obra devidamente capacitada para assegurar a qualidade, segurança e durabilidade dos serviços a serem executados.

Qualificação Econômico-Financeira

4.38. A exigência de qualificação econômico-financeira para a contratação de remoção, fornecimento e instalação de forros justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada tenha experiência comprovada e capacidade financeira para executar o objeto com qualidade e sem riscos de inadimplência.

4.39. Essa exigência está em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo proporcional à complexidade do serviço, prevenindo problemas como atrasos, falhas na execução ou descontinuidade contratual. Assim, assegura-se a eficiência, segurança e resguardo do interesse público, garantindo a entrega adequada dos serviços.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura - COINF/COGRL	Ana Luiza de Melo Magalhães

6. Levantamento de Mercado

6.1. O mercado trás uma infinidade de modelos de forros:

- 6.1.1. Forros em PVC;
- 6.1.2. Forro modular em PVC;
- 6.1.3. Forro modular de fibra mineral;
- 6.1.4. Forro modular de gesso com película em PVC;
- 6.1.5. Forro modular em gesso acartonado;
- 6.1.6. Forro de isopor;
- 6.1.7. Forro de lâ de vidro;
- 6.1.8. Forro de madeira;
- 6.1.9. Forro com estrutura metálica;
- 6.1.10. Forro modular de alumínio;
- 6.1.11. Forro de concreto aparente;
- 6.1.12. Forro de bambu;
- 6.1.13. Forro de junco;
- 6.1.14. Entre outros.

6.3. Usualmente a Administração Pública, utiliza o forro modular como uma opção de acabamento e construção a seco para fechamento do teto, não somente por sua instalação ser executada de forma rápida e efetiva, mas por oferecer diversas oportunidades de manutenção, tratamento e personalização através do forro como tratamento acústico, acabamento visual e o auxílio direto a saúde dos usuários dentro dos ambientes onde transitam.

6.4. De acordo com o disposto no art. 41, e incisos da lei 14.133/2021, que trata da indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), esta contratação seguirá o modelo utilizado por este Ministério visando a padronização dos ambientes.

- 6.4.1. Forro modular de gesso com película em PVC, conforme as especificações contidas no Caderno de Especificações.

6.5. A equipe de planejamento realizou levantamento de mercado para analisar as contratações similares feitas por outras instituições, a fim de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que atendam de forma mais adequada às necessidades da administração, conforme tabela abaixo:

SOLUÇÃO 01	
Descrição	Aquisição de material, forro e acessórios.
Possível fornecedor	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam o serviço de revenda de material. Há uma lista extensa e exaustiva, o que não cabe materializar neste documento.
Análise da Solução	Esta solução se mostra inviável para a contratação em tela, por não haver local para armazenamento do material, controle de estoque, e mão de obra especializada para instalação.
SOLUÇÃO 02	
Descrição	Contratação por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP.
Possível fornecedor	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam o serviço em tela. Há uma lista extensa e exaustiva, o que não cabe materializar neste documento.
Análise da Solução	Esta solução se mostra viável para a contratação em tela, pois devido a natureza do objeto não será possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, nesse sentido, a presente contratação se enquadra nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V, do Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.
SOLUÇÃO 03	
Descrição	Contratação por meio de Pregão Eletrônico.
Possível fornecedor	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam o serviço em tela. Há uma lista extensa e exaustiva, o que não cabe materializar neste documento.
Análise da Solução	Esta solução se mostra viável para a contratação em tela, porém, devido a natureza do objeto não será possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, onde neste não se enquadra nos requisitos desta contratação, inviabilizando esta solução.

6.6. O levantamento de mercado foi realizado por meio de consulta ao sítio comprasnet.gov.br - Consulta Licitações do Governo Federal, Atas /Anexos, bem como em contratações anteriores já realizadas, e foram encontradas 3 (três) contratações nos quais o objeto é similar ao da pretensa contratação:

6.6.1. Pregão eletrônico nº 90226/2024 - (Lei nº 14.133/2021) - Prefeitura do Município de Maringá, Código da UASG nº 987691.

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa especializada para fornecimento instalação de forro em gesso, forro mineral, forro em PVC e piso paviflex para a manutenção dos Próprios Públicos da Prefeitura do Município de Maringá, através da Secretaria de Infraestrutura.

6.6.2. Pregão eletrônico nº 94020/2024 - (Lei nº 14.133/2021) - Ministério Público do Estado do Amazonas, Código da UASG nº 925849.

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem/montagem) de forro (PVC, mineral, metálico, gesso acartonado e gypclean) e parede divisória (eucatex e gesso acartonado) para atender às necessidades do MPAM/ PGJ, por um período de 12 (doze) meses.

6.6.3. Pregão eletrônico nº 90062/2024 - (Lei nº 14.133/2021) - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, Código da UASG nº 155913.

Objeto: Registro de Preços, de empresa para prestação de serviços comum de engenharia que consistem em fornecimento e instalação de paredes leves, divisórias, vidros e forro removível nas dependências do HU-UFSC, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra qualificada para a plena execução do objeto, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidos.

6.7. Com base no que foi apresentado, a solução que melhor atende as necessidades da pretensa contratação é a contratação por Sistema de Registro de Preço.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução que melhor atende as necessidades desta Pasta, é a contratação por meio de Sistema de Registro de Preço dos serviços de remoção, fornecimento e instalação de materiais com mão de obra adequado, seguindo os critérios, definições, metodologias e especificações contidas na Ordem de Serviços e no Caderno de Especificações Técnicas (a ser inserido como Anexo deste ETP).

7.2. O Ministério dos Transportes passou a ser responsável pela gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, conforme estabelecido no Termo de Compartilhamento, processo nº 50000.004218/2021-44. Os órgãos clientes e ocupantes das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes são: o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), o Ministério das Comunicações (MCOM) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

7.3. A Gestão Condominial tem a responsabilidade da prestação de serviços coletivos e essenciais como: limpeza, vigilância, brigada, recepção, copa, reparos, adequações e adaptações e todas as manutenções das edificações (predial, elevadores, climatização), necessária para garantir o bom funcionamento das edificações.

7.4. Com base neste cenário, o dimensionamento da contratação visa atender as demandas de manutenção, adaptações e reparos de todos os clientes. O presente instrumento tem o objetivo estabelecer as condições e diretrizes gerais necessárias para a execução dos serviços em tela.

7.5. E ainda, a contratação complementa as informações que serão fornecidas no Edital, conforme descrito a seguir:

7.5.1. A remoção dos componentes existentes por profissionais qualificados e utilizando ferramentas adequadas, incluindo a limpeza e preparação do local para a instalação das novas peças;

7.5.2. A confecção, quando necessário, fornecimento e instalação das peças conforme solicitado, garantindo que sejam devidamente instaladas e ajustadas para um melhor funcionamento e desempenho;

7.5.3. Limpeza do local, tanto interno quanto externo às edificações, incluindo o descarte dos materiais resultantes dos serviços prestados (tais como entulhos, resíduos de obra, forros, metais, perfis, etc.).

7.5.2 Todos os materiais a serem utilizados na realização dos serviços devem ser comprovadamente de alta qualidade. A execução de todos os serviços será conduzida estritamente de acordo com os princípios da boa técnica e da segurança, e também estará em total conformidade com as leis e normas atualmente em vigor.

7.5.3 Durante a execução, a CONTRATADA deverá realizar uma visita prévia ao local onde os serviços serão realizados, mediante solicitação da CONTRATANTE. Essa visita favorece a uma análise detalhada, checagem e comparações dos projetos, de acordo com as diretrizes do Caderno de Especificações Técnicas, Anexo neste Estudo Técnico Preliminar. E ainda, deve estar alinhada às Normas Técnicas relevantes, bem como, aos catálogos e manuais de fornecedores.

7.5.4 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela integridade dos equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços, incluindo Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Além disso, deverá apresentar as especificações dos materiais adquiridos à equipe de fiscalização, conforme cada item executado. É imprescindível que sejam observadas as Normas de Segurança aplicáveis aos profissionais, garantindo assim a segurança dos bens materiais, usuários e transeuntes.

7.5.5 Os itens descritos no Edital e detalhados neste instrumento serão executados mediante Ordem de Serviços, a ser emitida após os alinhamentos e definições necessários entre a empresa e a equipe de fiscalização.

7.5.6. A CONTRATADA deverá assegurar o descarte adequado desses materiais, devidamente isolados e identificados com cores conforme as diretrizes estabelecidas pelo CONAMA nº 275/2001 e 307/2002, e as demais normas em vigor.

7.5.7. Não será permitido o armazenamento dos materiais mencionados nas áreas comuns das edificações, devido aos riscos que representam para os usuários e transeuntes, além do impacto negativo nas atividades em curso.

7.6. Todas as dúvidas e orientações serão tratadas em conjunto com a equipe de fiscalização responsável pelo contrato.

Conformidades normativas e legais de parametrização

7.7. Para a execução dos serviços de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular com película de PVC em uma face e película aluminizada na outra, que apresenta maior resistência e durabilidade frente à umidade, calor, goteira e impurezas

provenientes do entre forro, deverão ser seguidos os critérios, definições, metodologias e especificações contidas no Caderno de Especificações Técnicas.

7.8. As normas e legislação vigentes dos órgãos competentes da administração pública serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos. Na ausência dessas normativas ou em situações omissas, deverão ser consideradas as prescrições, especificações e regulamentos de órgãos e entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos materiais e componentes utilizados.

7.9. Devem ser aplicadas as seguintes normas técnicas vigentes:

7.9.1. NBR 5723: Forro modular horizontal de acabamento - Placas, chapas ou similares.

7.9.2. NBR 6331: Arame de aço de baixo teor de carbono, zincado, para uso geral – Especificação.

7.9.3. NBR 9442: Materiais de construção – Determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante.

7.9.4. NBR 13207: Gesso para construção civil – Características e métodos de ensaio.

7.9.5. NBR 13818: Placas de gesso para forro – Requisitos, estabelece os requisitos para placas de gesso utilizadas em forros, incluindo requisitos de reação ao fogo.

7.9.6. NBR 14715-1: Chapas de gesso para *drywall* – Parte 1 : Requisitos.

7.9.7. NBR 14715-2: Chapas de gesso para *drywall* – Parte 2 : Métodos de ensaios.

7.9.8. NBR 14717: Chapas de gesso acartonado – Determinação das características físicas.

7.9.9. NBR 15217: Perfilados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para *drywall* – Requisitos e métodos de ensaio.

7.9.10. NBR 16519: Placa mineralizada de gesso para forro removível modular suspenso - Métodos de ensaio.

7.9.11. NBR 16497: Placa mineralizada de gesso para forro removível modular.

7.9.12. NBR 16626: Classificação da reação ao fogo de produtos de construção.

7.9.13. NBR 16654: Placa mineralizada de gesso para forro removível modular suspenso.

7.9.14. NBR 16832: Sistemas construtivos em chapas de gesso para *drywall* – Lãs de PET para isolamento térmico e acústico – Requisitos e métodos de ensaio.

7.9.15. ASTM E662: Teste de densidade de fumaça, densidade óptica específica da fumaça gerada por materiais sólidos.

7.9.16. Entre outras.

7.10. É importante destacar que as normas mencionadas anteriormente não eximem a responsabilidade de cumprir outras normas e legislações em vigor que se apliquem ao escopo em questão.

7.11. Todos os materiais e processos de instalação devem ser executados de acordo com as melhores práticas e respeitar as condições de segurança para os trabalhadores e usuários. A aprovação dos materiais e serviços será condicionada à avaliação técnica prévia e ao cumprimento das exigências regulamentares.

Dimensionamento da proposta

7.12. A contratação será dimensionada conforme tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO			
Item	Descrição	Catser	Unid. de medida
01	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em PVC em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branco liso .	18180	m²
02	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em PVC em 1 face e	18180	m²

na outra película aluminizada, na cor preto liso .		
---	--	--

Início da execução contratual

7.13. O início da execução dos serviços será iniciada após a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, ficando a CONTRATADA apta a iniciar os serviços, conforme demanda da CONTRATANTE, mediante Ordem de Serviço expedida pelo fiscal técnico, conforme abaixo:

7.13.1. Solicitação de medição dos serviços via e-mail pela CONTRATANTE;

7.13.2. Vistoria e medição dos serviços pela CONTRATADA;

7.13.3. Elaboração de orçamento pela CONTRATADA;

7.13.4. Abertura de ordem de serviço pela CONTRATANTE;

7.13.5. O prazo de atendimento da ordem de serviço será acordado entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, de acordo com nível de urgência que cada ordem de serviço requer;

7.13.6. Execução da ordem de serviço.

7.14. Todos os serviços serão avaliados pela fiscalização, devendo, a empresa a ser contratada, executá-los de acordo com as recomendações estabelecidas no Termo de Referência.

Prazo Contratual

7.15. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Local de prestação dos serviços

7.16. Os serviços serão prestados nos endereços abaixo:

a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";

b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;

c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;

d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

7.17. Podem ser realizados em diferentes imóveis que possam vir a ser ocupados por este Ministério, em outras localidades previamente indicadas, em Brasília- DF, mediante celebração prévia de termo aditivo e desde que atendidos os requisitos legais das alterações contratuais, a serem analisados em cada caso concreto.

Critérios de aferição/medição dos serviços para pagamento

7.18. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo do Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.18.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.18.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.18.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.18.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.19. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.20. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.20.1. Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

- 7.20.2. Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;
- 7.20.3. Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 8.1. As descrições detalhadas contendo a estimativa das quantidades para atender as necessidades foram baseadas no levantamento realizado pela equipe técnica lotada no Serviço de Manutenção - SEMAN, considerando a necessidade de reparos, adaptações e melhorias baseadas no planejamento anual de 2025, as quais acarretarão a reformulação espacial do Ministério.
- 8.2. O quantitativo foi levantado a partir dos materiais necessários para se fazer as adequações necessárias em diversos andares dos Edifícios Anexo e Sede, contendo uma reserva técnica para eventuais necessidades adicionais.

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORROS				
Item	Catser	Descrição/ Especificação	Unid. de medida	Quant.
1	18180	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de PVC em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca, que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm.	m²	6.800
2	18180	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de PVC em 1 face e na outra película aluminizada, na cor preta, que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm.	m²	1.000

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.268.488,00

- 9.1. Cabe esclarecer, que o procedimento para fins de estimativa do valor da contratação constante neste Estudo, teve como base as orientações contidas no Caderno de Logística Pesquisa de Preços 2024, a saber:
- (...)
- Na fase o mercado, por meio do levantamento das alternativas de soluções, as quais serão avaliadas e comparadas economicamente, podendo-se concluir pela inviabilidade da contratação ou que a necessidade da Administração será mais bem atendida por outros meios, ou ainda, que não será efetivada no momento. Assim, não é obrigatório que a estimativa do valor da contratação, para fins de ETP, siga os procedimentos da IN nº 65, de 2021. Não obstante, o órgão ou entidade pode optar por sua utilização no referido momento, se for o caso.*
- 9.2. Assim, neste primeiro momento, foram realizadas estimativas preliminares para fins de análise da viabilidade econômica da contratação conforme solução apresentada na fase de levantamento de mercado.
- 9.3. Para a definição do valor estimado da contratação foi utilizado como metodologia a média dos valores obtidos durante a pesquisa de mercado, realizada por meio de consulta a 5 (cinco) contratos aceito pela Administração pública e 2 (dois) fornecedores especializados no ramo.
- 9.5. Após a pesquisa de preços realizada pelo Serviço de Compras e Pesquisa de Preço - SECOP/DILIC, em consonância com as diretrizes dispostas na Instrução Normativa 65/2021, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que esta Coordenação

analisou e aprovou a pesquisa, estima-se que a contratação terá o custo total de R\$ 1.268.488,00, conforme resumo demonstrado abaixo:

GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Catser	Unid. de medida	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de PVC em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca, que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm.	18180	m²	6.800	R\$ 162,26	R\$ 1.103.368,00
02	Serviços de remoção, fornecimento e instalação, conforme fabricante, de forro gesso modular com película de PVC em 1 face e na outra película aluminizada, na cor preta , que apresenta maior resistência e durabilidade frente a umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro. Modulação: 625 mm x 625 mm. Espessura: 8 mm a 9,5 mm.	18180	m²	1.000	R\$ 165,12	R\$ 165.120,00
Valor Total da Contratação						R\$ 1.268.488,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Conforme orientação do Art. 40, Lei 14.133/2021, o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

"b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".

10.2. Por questões de economia e padronização de materiais e serviços e visando evitar a incompatibilidade dos itens a serem adquiridos, o parcelamento da solução não é vantajoso para o Ministério na medida em que a divisão se mostra inadequada ao atendimento dos interesses e das necessidades do Órgão.

10.3. Destaca ainda o (art.40,§3º, I, Lei 14.133/2021), O parcelamento não será adotado quando:

"I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor".

10.4. Assim sendo, após análise técnica do tipo de serviço pleiteado a administração optou pelo não parcelamento da solução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia":

(<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/planejamento-estrategico-2024-2027/planejamento-estrategia>). (https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

11.2. Ainda, a contratação em tela está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano->. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os objetivosde-logistica-sustentavel-pls-versao-final.pdf previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

11.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-49/2025.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se aplica.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Os benefícios esperados são:

- Maior eficiência, eficácia e efetividade no atendimento das necessidades apresentadas pelas Unidades Administrativas no que tange à conforto e ambiência dos respectivos setores no que diz respeito aos serviços e materiais em voga;
- Proporcionar ambiente de trabalho adequado para servidores, estagiários e colaboradores, de modo a agregar bem estar e satisfação ao usuário e consequentemente aumento de produtividade, com a escolha condizente para melhor visibilidade.
- Caso os forros ou acessórios estejam em depreciação ou não estiverem em boas condições, a substituição poderá oferecer maior proteção e segurança aos usuários;
- Atendimento das necessidades apresentadas pelas Unidades Administrativas, no que tange à mudanças de layout; e
- Fiscalização eficaz para maior rapidez no fornecimento de materiais e execução dos serviços e consequentemente diminuição de custos.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Será necessário o planejamento para liberação de áreas onde serão executados os serviços, necessitando de apoio das unidades de logística e de infraestrutura.

14.2. Definições de Cronogramas e aprovações de layouts, pequenas intervenções de engenharia e ajustes de sistemas.

14.3. O Serviço de Manutenção Predial deverá viabilizar as ações planejadas para o acompanhamento dos serviços das entregas de materiais a serem adquiridos de forma satisfatória, observando as validades, qualidades e garantias.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A execução dos serviços em comento além de gerar resíduos sólidos, potencialmente ocasionará emissão de ruídos, partículas e poeiras. Para todos os impactos ambientais previstos, serão adotadas medidas mitigadoras.

15.2. Para amenizar possíveis impactos ambientais a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, tais como:

- 15.2.1. Fornecer materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- 15.2.2. Usar inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 15.2.3. Garantir a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

15.2.4. Acondicionar os materiais em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando, de preferência, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

15.2.5. Separar os resíduos recicláveis descartáveis e destiná-los a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação se mostra viável do ponto de vista técnico. Outrossim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, bem como a sua necessidade e adequação à realidade do Ministério dos Transportes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/07/2025 às 16:59:51.

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 17/07/2025 às 16:37:53.

VINICIUS CARVALHO REIS

Integrante Administrativo Suplente



Assinou eletronicamente em 17/07/2025 às 16:50:22.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO FORRO - R03.pdf (200.74 KB)



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ANEXO - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

FORRO

PROCESSO: 50000.027958/2024-00

1. OBJETO

1.1. Contratatação de serviços de remoção, fornecimento e instalação de forros, para atender às necessidades dos Edifícios Sede e Anexos do Bloco "R", bem como do SGON I e II, todos localizados em Brasília – DF.

2. NORMAS APLICÁVEIS

2.1. Normas ABNT:

- a) NBR 5723: Forro modular horizontal de acabamento - Placas, chapas ou similares.
- b) NBR 6331: Arame de aço de baixo teor de carbono, zincado, para uso geral – Especificação.
- c) NBR 9442: Materiais de construção – Determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante.
- d) NBR 13207: Gesso para construção civil – Características e métodos de ensaio.
- e) NBR 13818: Placas de gesso para forro – Requisitos, estabelece os requisitos para placas de gesso utilizadas em forros, incluindo requisitos de reação ao fogo.
- f) NBR 14715-1: Chapas de gesso para drywall – Parte 1 : Requisitos.
- g) NBR 14715-2: Chapas de gesso para drywall – Parte 2 : Métodos de ensaios.
- h) NBR 14717: Chapas de gesso acartonado – Determinação das características físicas.
- i) NBR 15217: Perfisados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – Requisitos e métodos de ensaio.
- j) NBR 16519: Placa mineralizada de gesso para forro removível modular suspenso - Métodos de ensaio.
- k) NBR 16497: Placa mineralizada de gesso para forro removível modular.
- l) NBR 16626: Classificação da reação ao fogo de produtos de construção.

- m) NBR 16654: Placa mineralizada de gesso para forro removível modular suspenso.
- n) NBR 16832: Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall – Lãs de PET para isolamento térmico e acústico – Requisitos e métodos de ensaio.
- o) Entre outras.

2.2. Demais normas:

- a) ASTM E662: Teste de densidade de fumaça, densidade óptica específica da fumaça gerada por materiais sólidos.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro modular.

- **ITEM 01:** Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca liso.
 - a) **Formato:** 625mm x 625mm
 - b) **Absorção Sonora:** NCR 0,15
 - c) **Atenuação Sonora:** CAC 36 a 40dB
 - d) **Resistência à Umidade:** até 95% RH
 - e) **Reflexão à Luz:** até 90%
 - f) **Reação ao fogo:** Classe IIA
 - g) **Espessura:** 8mm
 - h) **Umidade:** Revestimento impermeável
 - i) **Instalação:** Perfil “T” clicado / Lay-in T24
 - j) **Modelo e Marca:**
 - i. Malta – Singular Tetto, ou
 - ii. Gypclean – OWA, ou
 - iii. Gyprex clean – Sonex.
 - k) **Materiais:** placa de forro, perfil metálico, tirantes e demais materiais que sejam necessários para à execução dos serviços
 - l) **Remoção:** remoção do forro existente (em PVC, acrílico, mineral, metálico, gesso em placa ou gesso acartonado), limpeza das ferragens obsoletas da laje, e descarte.
 - m) **Certificação:** ABNT NBR 9442 – Materiais de construção – Determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante.

- **ITEM 02:** Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor preta liso.
 - a) **Formato:** 625mm x 625mm
 - b) **Absorção Sonora:** NCR 0,15
 - c) **Atenuação Sonora:** CAC 35
 - d) **Resistência à Umidade:** até 95%
 - e) **Reflexão à Luz:** até 90%
 - f) **Reação ao fogo:** Classe IIA
 - g) **Espessura:** 8mm
 - h) **Umidade:** Revestimento impermeável
 - i) **Instalação:** Perfil “T” clicado / Lay-in T24
 - j) **Modelo e Marca:**
 - i. Gypsytem – Divisystem, ou
 - ii. E-CLEAN – Espaço Forro, ou
 - iii. Forro em gesso com película - Buy Fine.
 - k) **Materiais:** placa de forro, perfil metálico, tirantes e demais materiais que sejam necessário para à execução dos serviços.
 - l) **Remoção:** remoção do forro existente (em PVC, acrílico, mineral, metálico, gesso em placa ou gesso acartonado), limpeza das ferragens obsoletas da laje, e descarte.
 - n) **Certificação:** ABNT NBR 9442 – Materiais de construção – Determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 4.1.** Antes de iniciar os serviços, a CONTRATADA deverá proceder o exame detalhado dos elementos de arquitetura envolvidos e tomar precauções para que as linhas de abastecimento de energia elétrica, água, bem como as canalizações de esgoto e águas pluviais, não sejam atingidas.
- 4.2.** As demolições deverão ser convencionais, executadas progressivamente, utilizando ferramentas portáteis elétricas ou manuais.
- 4.3.** A CONTRATADA manterá as instalações de serviço organizadas, limpas e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
- 4.4.** Os contêineres ou caçambas com entulhos serão de responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser periodicamente removidos, de modo a evitar acúmulo excessivo de entulho.
- 4.5.** Todo e qualquer elemento de arquitetura, de estrutura ou de instalações danificado pelas demolições e/ou retiradas será imediatamente reparado e/ou substituído por elemento igual ou melhor

em suas características físicas e funcionais, tanto para as áreas privativas quando para as áreas comuns do edifício.

4.6. Os custos do transporte vertical e horizontal do entulho, bem como o lançamento em caçamba correrão a expensas da CONTRATADA.

4.7. A estrutura de fixação deverá ser suspensa por tirantes metálicos, ancorados no substrato e deverá ficar tão horizontal quanto possível, de modo que as chapas resultem alinhadas e niveladas.

4.8. Deverão estar incluídos no custo de instalação todos os demais componentes, tais como arames, suportes niveladores, suportes de conexão, conectores de perfis, guias, cantoneiras, parafusos entre outros que se fizer necessários.

4.9. Não se admitirá a fixação dos tirantes em tubulações elétricas, hidráulicas ou de ar condicionado, bem como o uso de pino projetado por carga explosiva para fixação de tirante.

4.10. Devem ser observadas as normas citadas entre outras que forem pertinentes para execução dos serviços.

4.11. O serviço será medido e pago por metro quadrado de forro fornecido e instalado pela CONTRATADA, incluindo-se no valor do item a demolição do forro existente, as despesas com entulho gerado, bem como todos os materiais e serviços não descritos, mas que sejam necessários à completa execução do serviço, conforme especificações técnicas e requisição de prestação de serviço.

4.12. O prazo de execução dos serviços será definido entre a CONTRATADA e a Equipe de Fiscalização, considerando o volume da demanda e a complexidade da instalação.

TABELA: Tabela com os quantitativos para licitação.

Item	Modelo/Referência	Unidade	Quantidade
01	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor branca liso.	m ²	6.800
02	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular, com película em pvc em 1 face e na outra película aluminizada, na cor preta liso.	m ²	1.000



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
DIVISÃO DE ENGENHARIA

ANEXO IV

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
(IMR)**

INDICADORES	
Qualidade dos serviços prestados e atendimento de regras contratuais	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a execução dos serviços contratados com qualidade e pontualidade.
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados e dos materiais recebidos, adequados ao padrão de qualidade e ao prazo definido citado no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Planilha de mensuração dos serviços executados, conforme planilha a ser desenvolvida internamente pelo Setor Requisitante.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle interna do Setor Requisitante.
Periodicidade	Não se aplica.
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data de início da execução dos serviços. Será formalizada no 1º (primeiro) dia útil após a assinatura do Termo de Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. 4 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura. 7 a 9 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. 10 a 12 ocorrências – 85% da meta = recebimento 85% da fatura.
Sanção	A verificação de 13 (treze) ou mais ocorrências caracterizará inexecução parcial ou total do objeto do contrato, ficando a contratada sujeita à aplicação das as sanções previstas no Termo de Referência.

AValiação		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS
1	Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao Preposto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.	-
2	Atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos, necessários para a execução dos serviços, conforme condições previstas em Edital.	-
3	Atraso para início da prestação do serviço, sem a devida justificativa e anuência da FISCALIZAÇÃO.	-
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal, comprometendo a execução.	-

5	Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências dos postos de trabalho, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas.	-
6	Tratamento inadequado com o público.	-
7	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, uniforme ou fornecer diferente das especificações, ou não substituir quando necessário.	-
8	Ausência de itens de equipamento de proteção individual (EPI).	-
9	Não utilização de crachá de identificação da empresa.	-
10	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados, conforme previstos em Edital.	-
11	Não corrigir os serviços no prazo determinado pela FISCALIZAÇÃO.	-
12	Não substituição de materiais em desconformidade com a qualidade especificada em Edital.	-
13	Deixar de recolher o lixo e limpar a área de execução dos serviços.	-
14	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório. (Por verificação mensal, quando da medição dos serviços).	-



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Declaração de Vistoria

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT, que o responsável indicado pela empresa, cujos dados estão informados abaixo, vistoriou nesta data as dependências do MT situadas no Setor de Expansão dos Ministérios Norte, Edifício Anexo do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios - Bloco "A e B"; a Coordenação de Infraestrutura - (COINF) - Térreo Ala Oeste - Brasília - DF, sala nº 04 onde tomou conhecimento dos locais, em geral, área externa e instalações, nos quais se desenvolverão os serviços e esclareceu todas as dúvidas, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta, estando ciente de todas as situações inerentes à prestação dos serviços objeto desta Licitação, tendo aceitado as condições existentes, dando ciência do estado de conservação em que se encontram e assumindo a execução das mesmas a partir do início da prestação dos serviços, não podendo alegar desconhecimento de qualquer dificuldade encontrada futuramente.

Responsável:

Documento de Identificação:

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Brasilia-DF / /

Assinatura do Representante - Órgão

Assinatura do Representante - Empresa